

PLENÁRIO

Soberania em debate num dia de estréias

ADRIANO LAFETA
Da Editoria de Política

Mais uma vez a questão dos debates no plenário da Assembleia Nacional Constituinte, que abriu e fechou ontem com fortes pronunciamentos em sua defesa. Mas houve também momentos de descontração, como num beijo do senador Pompeu de Souza (PMDB-DF) na bela Rita Camata (PMDB/ES), que estreava no plenário.

O presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães com 18 minutos de atraso, abriu a sessão informando as providências que tomara contra o ultraje a que foi submetida a instituição no programa de televisão da apresentadora Hebe Camargo. Recebeu apoio imediato do 1º vice-líder de seu partido na Câmara, João Herrmann (SP), que foi ao microfone para dizer que aplaudia a requisição da fita do programa e o pedido de providências encaminhado ao procurador-geral da República.

Teve início, então, às 14h35 min, a chamada dos constituintes inscritos, quando Mendes Ribeiro (PMDB/RS) destacou que quando falta respeito à Constituinte, falta respeito ao povo. Foi ajudado por seu colega de partido Maguito Vilela (GO), que mais do que a Constituinte defendeu o PMDB. Ele não sabia que seria sucedido na tribuna pela não assumida musa da Assembleia Nacional Constituinte.

Rita Camata estava visivelmente insegura na sua estréia. Tremia e tropeçava na leitura, mas agradeceu. Conseguiu prender as atenções ao combater a miséria, que "não se extingue com leis", e o analfabetismo, "câncer que corrói o organismo nacional". Recebeu o beijo de Pompeu, muitos aplausos, apertos de mãos e foi saudada de longe pelo marido Gerson Camata com um gesto significativo de que valera.

A musa se relaxava com um cigarro quando Vicente Bogo (PMDB/RS) pediu a revogação do entulho autoritário. Nada tinha a ver com ela, claro. Nem parecia estar preocupando Benedicto Monteiro (PMDB/PA), que precisou ser chamado três vezes pa-

ra, acordado, declarar que "não temos que respeitar uma Carta Magna que para todos nós é uma colcha de retalhos".

Mário Lima (PMDB/BA) e Rose de Freitas (PMDB/ES) não estavam presentes. Fernando Bezerra (PMDB/PE), parecendo recém-saído do palanque, agradeceu a seus eleitores por estar ali e repetiu o rosário de promessas da campanha, dentre as quais defender intransigentemente a iniciativa privada. Voltou a seu lugar feliz pela estréia e a tempo de ouvir Sólon Reis (PTB/SP) exigir prioridade número um para a educação no texto constitucional.

As 15h12min, o deputado Ulysses Guimarães empreendeu a sua primeira fuga do plenário, entregando a presidência da Mesa ao senador Mauro Benedito (PMDB/CE), que chama Atília Lira (PFL/PI), mais um pedinte de autonomia para a Constituinte. Ele deixa o plenário para outro plausente, Jesus Tajra (PF), que estréia com um discurso de improviso, denunciando interesses subalternos por trás das críticas à Constituinte.

Num momento de bom humor, José Elias Murad (PTB/MG) diz que agora a dona-de-casa tem duas opções ao comprar leite: escolher entre a morte por diarreia ou por leucemia. Era uma crítica ao produto importado com radiatividade e à autorização do Governo para que a tolerância da presença de coliformes fecais no leite fosse aumentada em cinco vezes.

O riso provocado propositalmente pelo deputado

Foto: LUIZ MARQUES



Rita Camata estreou no plenário. Corrêa tentou, em vão, prorrogar a sessão.



mineiro foi seguido do humor involuntário da deputada Myriam Portella (PDS/PI): "Venho do Nordeste", disse ela com toda a redundância do sotaque regional. Mas o plenário logo se recompôs, com Irma Passoni (PT/SP) chamando a atenção dos constituintes para a desinformação da população em relação a seu trabalho.

Antes que Cunha Bueno (PDS/SP) pudesse fazer rir de novo os parlamentares, com sua ideia de implantar a monarquia no País, Humberto Souto (PFL/MG) toma o lugar de Mauro Benedito na Mesa. Chama, então, Joaquim Bevilacqua (PTB/SP), Ivo Vanderline (PMDB/SC) e Perez Nader (PDT/RJ), sem sucesso.

Atende o chamado do novo presidente dos trabalhos o fantástico Hêlo Costa (PMDB/MG). Ele estréia, sob aplausos, propondo que o Departamento Jurídico da Casa proteste a dívida externa nos tribunais federais de Nova Iorque. Ao invés de encerrar antes do plim-plim que o comandava na telinha da Globo, acaba seu discurso após otrim-trim da campanha de Humberto Souto.

Alguns discursos depois, a questão da dívida ganha nova proposta concreta. Paulo Macarini (PMDB/SC) sugere a discussão de sua legitimidade e da forma de pagamento, afirmando que pelo menos 20% dos US\$ 108 bilhões estão em contas de "maus

brasileiros" no exterior. Propõe, ainda, a limitação do pagamento a um percentual da balança de pagamentos no País.

A proposta seguinte é mais sintética: moratória. Seu autor, Fernando Santana (PCB/BA), ironiza os constituintes católicos em geral e cursilistas em particular, que não pediram a transcrição nos anais da Casa do documento do Vaticano que trata do tema da dívida externa. Embora comunista, não mostra qualquer constrangimento em recorrer à Igreja.

As 16h31min, tem início a fase de comunicações das lideranças. Surge, então, a ideia de Ulysses Guimarães, como presidente da Constituinte, requisitar 15 minutos de cadeia de rádio e tevê, em horário nobre, para esclarecer ao povo o que fazem os constituintes. Seu autor, Plínio de Arruda (PT/SP) lembra, a propósito, que há 1 mil emendas sobre o regimento interno.

O tempo se fecha sobre o plenário às 16h57min, quando Brandão Monteiro (PDT/RJ) apresenta requerimento assinado por vários líderes partidários, para convocação do ministro da Fazenda, Dilson Furlan, a fim de prestar esclarecimentos.

Ulysses Guimarães, de volta a seu lugar, desconhece pedido do senador Maurício Corrêa (PDT/RJ) para prorrogar a sessão e submeter a questão a plenário. Decide que "pelo adiantado da hora" a resposta da Mesa será dada na sessão de hoje, que já começará, às 14 horas, em meio a grande polêmica. Eram exatamente 18 horas.

O poder constituinte

ALFREDO CAMPOS*

Se, por um lado, a grande mobilização popular nos inícios de 1984 em torno da Proposta de Emenda à Constituição nº 5/83, que restaurava em parte o Estado de Direito em nosso País, pela convocação de eleições diretas para Presidente da República culminou numa grande frustração popular naquela histórica noite de 25 de abril, pelo menos foi o embrião para que esse mesmo povo recomeçasse a assumir verdadeiramente sua cidadania.



Isso porque, a seguir, deu suporte à classe política para se aglutinar contra a prorrogação do prazo de vigência do regime ditatorial e golpista, rechaçando a continuidade do autoritarismo e das mazelas administrativas que preponderavam em nosso País. A eleição de Tancredo-Byrnes pelo Colégio Eleitoral foi, portanto, o segundo passo para o reencontro do Estado com a sociedade.

Numa terceira fase redemocratizadora, as Emendas Constitucionais números 25 e 26, aquela no que dispôs sobre a liberdade de criação de partidos políticos e da extensão da alistabilidade aos analfabetos, e esta convocando a Assembleia Nacional Constituinte, propiciaram a repercussão do processo.

Finalmente, a 1º de fevereiro deste ano, instalaram-se os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, que, efetivamente, será o conduzido legítimo por onde passarão as reivindicações nacionais em torno do estabelecimento de uma ordem jurídico-constitucional condizente com o dinamismo por que passou a sociedade após o constrangimento de duas décadas de arbítrio.

Dois aspectos relevantes devem ser lembrados em relação à Assembleia Nacional Constituinte.

O primeiro deles diz respeito à legitimidade de sua convocação, sedimentada pela liberdade com que se realizaram as eleições de 15 de novembro e pela autonomia de sua instalação e funcionamento. Legitimidade imposta pela própria sociedade nacional respaldando a já manifesta disposição dos poderes Legislativo e Executivo em promover a modernização de nossa Carta. Legitimidade conseguida desde a luta pelas diretas já, quando se tornava mais que insuportável admitir-se o contínuo domínio administrativo do País. Legitimidade conseguida por uma legislação eleitoral eficaz, que possibilitou o acesso aos meios de comunicação de todos os partidos políticos consistentes e sustentados pela vontade popular. Legitimidade pela existência de um regimento interno que a regera, desatrelado de interesses outros que não os do próprio exercício soberano do Poder Constituinte.

O segundo aspecto diz respeito à grande indagação acerca da configuração da nova Carta.

Nesse ponto, uma questão merece ser amplamente esclarecida: a Constituição é apenas um conjunto de regras básicas sobre as quais se assentam as futuras leis específicas, isto é, a legislação ordinária, infra-constitucional.

Assim, não se pode esperar que ela seja o remédio para todos os males do País. Tenho recebido inúmeros subsídios para o desempenho de meu trabalho como constituinte. Sugestões que vão desde a especificidade da questão agrária ao estabelecimento de piso salarial para determinada categoria de trabalhadores. Sugestões que ultrapassam o balizamento de uma Lei Superior e que se aninham perfeitamente na técnica legislativa ordinária.

A par de tudo isso, um ponto precisa ficar absolutamente claro aos olhos do senador e do deputado, face às exigências que a sociedade lhe impôs ao confiar-lhe o mandato constituinte: a restauração das prerrogativas do Poder Legislativo e a consequente diminuição do chamado Poder do Rei.

Não é cabível que numa sociedade dinâmica, altamente sintonizada com a mais nobre tradição democrática, a unilateralidade do Poder cerceie os legítimos anseios populares manifestados através do Parlamento nacional.

Casos típicos são as ações assumidas diretamente pelo Poder Executivo, sem que o Legislativo sequer tome conhecimento e muito menos tenha a oportunidade de se manifestar. O acerto de empréstimo externo, por exemplo, é matéria de interesse público, que forçosamente deveria ser examinada pelo Legislativo, como intérprete maior de suas aspirações.

Essa questão de competência deverá se constituir no centro privilegiado de atenções da Constituinte, sem o que a manifestação do poder popular se verá à mercê de seu próprio destino, em comprometimento, inclusive, da estabilidade democrática.

*Alfredo Campos é senador pelo PMDB de Minas Gerais

Senadores rejeitam o recesso este ano

A bancada do PMDB no Senado discordou hoje (18) da intenção do senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP) de estabelecer no Regimento Interno da Constituinte que a Câmara e o Senado se reuniram em caráter extraordinário durante o processo constituinte. Em reunião que durou cerca de 3 horas, a fórmula encontrada foi a previsão de que as Mesas das duas Casas adaptariam os regimentos para compatibilizar seu funcionamento com o da Assembleia, que é

prioritária. Tal proposta garantiria, assim, a soberania da Constituinte, e preservaria a autonomia da Câmara e do Senado.

Fernando Henrique levará esta solução ao presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP), e ao líder do PMDB na Câmara, deputado Luiz Henrique (PMDB-SC). Este encontro foi acertado na reunião para evitar, segundo o relator, a interpretação de que o Senado não quer seguir a Constituinte. Na prática, de acor-

do com o senador, a Câmara e o Senado acabarão por se reunir apenas extraordinariamente, já que os trabalhos da Assembleia tomarão a maior parte do tempo.

O senador José Fogaca (PMDB-RS) defendeu pe- rante a bancada, o entendimento de que a Câmara não é contra o Senado enquanto instituição, e que deveria ser levada a Ulysses uma proposta de bom senso, respeito mútuo e convivência necessária. Ao final da reunião, ele susten-

to a importância da fórmula obtida:

— Fechar a Câmara e o Senado significa desconhecer a crise econômica, e sua profundidade. Qual seria o espaço para se discutir esse assunto e para votar iniciativas? E onde a oposição exerceria seu papel? — indagou Fogaca, para quem o recesso da Câmara e do Senado significaria "sepultar o tema constitucional no interior da Constituinte, porque a temática seria circunstancial".

de A a Z

Afif Domingos



Estréia na Câmara com mais de 500 mil votos, repete o rótulo de "nova direita" e é contra a estatução

Guilherme Afif Domingos (PL-SP), 44 anos, administrador de empresas, ex-presidente da Associação Comercial de São Paulo, chega à Constituinte com uma expressiva votação (508.931), obtida no lastro da candidatura derrotada de Antônio Ermirio de Moraes, ao governo paulista, a quem apoiou durante a campanha. Afif, porém, embora tenha optado pelo candidato do PTB, mantém boas relações com o ex-governador Paulo Maluf, de quem foi secretário da Agricultura (80 a 82) e presidente do Badesp (79 a 80). Em 82, disputou a vice-governança do Estado na chapa encabeçada por Reynaldo de Barros.

Representante dos setores médios do empresariado, ele recusa o rótulo de "nova direita", e coloca como um dos grandes dilemas da atualidade brasileira a opção entre o "centralismo estatista" ou a "descentralização das funções do Estado na

busca de soluções para o problema social".

Ele sustenta a tese de que "tudo o que o município puder fazer, que não seja feito pelos estados. Tudo o que os estados puderem fazer, que não seja feito pela União. Tudo que os indivíduos puderem fazer, que não seja feito nem pelo estado, nem pelo município. Temos que ser eficazes pelo menor custo", diz ele, pregando a "liberdade dos indivíduos buscarem seu próprio caminho, através da municipalização das pequenas unidades de produção, que seriam imunes à legislação fiscal do Estado e da União".

Afif é contra o aborto, a favor de seis anos de mandato para o presidente Sarney e acha que a dívida externa deve ser paga "dentro do possível". Indagado se já tem candidato à Presidência da República, des- conversou: "E se eu tiver que escolher um rei?"

Gerson Camata



Autor da maior vitória proporcional em todo o País, elegeu também a sua esposa. Defenderá a reforma tributária

Gerson Camata (PMDB-ES), 45 anos, foi autor de duas façanhas: elegeu-se senador da República com 70 por cento dos votos do eleitorado capixaba (a maior vitória, proporcionalmente, obtida em novembro) e garantiu uma vaga na Câmara dos Deputados para sua esposa, Rita Camata, que também conquistou o primeiro lugar. Economista e jornalista, Camata começou sua carreira política elegendo-se vereador em Vitória, em 1966, graças à popularidade que granjeou com o programa "Ronda da Cidade", que diariamente levava ao ar pela Rádio Vitória. Sua primeira legenda foi a Arena, através da qual elegeu-se deputado estadual e deputado federal. Em 1979, com a reforma partidária, após integrar o Grupo Renovador da Arena, optou pelo PMDB, partido pelo qual foi eleito governador em 82. Mode-

rado, cordial no relacionamento com as pessoas, ele governou priorizando a agricultura e a construção de estradas, conseguindo, dessa maneira, um índice de popularidade jamais visto no Estado. Seu estilo, não sugere que venha a assumir uma posição destacada nos debates da Constituinte. Isso, porém, não o impede de acalentar sonhos mais altos, entre os quais o de disputar a vice-presidência da República, cargo para o qual foi recentemente lembrado pelo ex-governador de Minas, Hêlo Garcia. Também não tira o olho do governo estadual, para onde gostaria muito de retornar em 1990. Nacionalista, preocupado com a hegemonia dos grandes centros, ele deverá propugnar por uma reforma tributária que ponha fim à situação de penúria vivida pelos Estados e Municípios.

os Constituintes

Roberto Freire



Líder do PCB, com largo trânsito no Congresso e posições moderadas, além de ser um hábil articulador

Roberto João Ferreira Freire (PCB-PE), 45 anos, líder do Partido Comunista Brasileiro na Câmara dos Deputados, foi reeleito em novembro para um terceiro mandato federal com 75.424 votos, colhidos em grande parte no Recife e em Olinda, em coligação com o PMDB. Primeiro parlamentar a assumir publicamente sua filiação ao PCB nos estertores do regime militar, Freire foi candidato derrotado à Prefeitura de Recife, em 85. Casado, cinco filhos, bacharel em Direito, ele é hoje um dos principais dirigentes do "partidão", participando da tendência pró-soviética predominante na organização. Afável no trato, moderado em suas posições, Freire tem largo trânsito no Congresso, relacionando-se bem inclusive com os parlamentares dos partidos conservadores. Revelou-se um hábil articulador, especialmente nos momentos

mais críticos, pregando a conciliação dos interesses em conflito, tendo em vista a garantia do processo de transição democrática. Foi desde o princípio um entusiasta da dobradinha Tancredo/Sarney. Entre suas atividades como parlamentar, merece destaque sua atuação na campanha pela anistia. Freire tem tudo para se destacar na defesa das posições assumidas pelo coletivo do seu partido. Ele defenderá o parlamentarismo, a suspensão do pagamento da dívida por cinco ou seis anos até que uma auditoria possa verificar a sua origem e fixar as condições de pagamento, e a legalização do aborto. Freire será favorável também à estatização do sistema financeiro, transportes coletivos, comunicações, recursos minerais e estratégicos e a uma revisão completa nas concessões de canais de frequência de rádio e televisão.